



Extensão em educação financeira: resultados dos cinco anos de experiência em parceria com a Equilíbrio Assessoria Econômica

Cássio da Silva Calvete: Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS
Acadêmicos de Ciências Econômicas: Guilherme Daros, Gabriele Pasquali Colla

Introdução

O alto grau de inadimplência das famílias no Brasil, decorrente do endividamento, é um problema preocupante, pois afeta tanto a economia quanto a saúde dos brasileiros. Nesse contexto, cabe destacar que, segundo o estudo da

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016), o conceito de endividado diz respeito ao indivíduo que possui dívidas contraídas com cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel ou prestações de carro e de seguros, entre outros, sem considerar se as parcelas estão sendo pagas em dias ou não.

No entanto, quando o indivíduo não consegue mais quitar as dívidas contraídas, ele passa a se enquadrar como inadimplente. Assim, enquanto o endividado é aquele que realizou qualquer compra no crédito, inadimplente é aquele que não respeita o vencimento das suas dívidas.

econômica recessiva em 2016, que contribuiu para o aumento no número de famílias com menor renda. Mais preocupante ainda foi a grande elevação do percentual de famílias inadimplentes, que alcançou o patamar de 31,0% em julho de 2017, enquanto no mesmo mês do ano anterior, o percentual foi de 17,3%.

Tabela 1: Situação das famílias no Rio Grande do Sul

Situação das famílias	Julho/ 2016	Julho/ 2017
Endividadas	60,4%	72,9%
Inadimplentes	17,3%	31,0%
Sem condições de pagar contas em atraso em 30 dias	6,5%	11,9%

Fonte: Fecomércio, 2017

Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor realizada em nível nacional (CNC, 2016), apesar da diminuição do nível de endividamento no ano de 2016 - devido à menor oferta de crédito e ao desaquecimento do mercado de trabalho - houve aumento do número médio de famílias inadimplentes no período. Esse número cresceu ao longo daquele ano, em meio a um cenário de piora dos indicadores de emprego e renda nacionais, bem como da perspectiva de pagamento das dívidas e das contas em atraso. Em relação a 2015, um número maior de famílias afirmou que permaneceria inadimplente, de acordo com essa mesma pesquisa (CNC, 2016).

No Rio Grande do Sul, também consoante a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor realizada no estado pela Fecomércio (2017), em julho de 2017 as famílias endividadas representavam 72,9%, índice maior que o do mesmo mês do ano anterior (60,4%).

Esse aumento estaria relacionado com a persistência do endividamento por necessidade, a fim de que as famílias mantivessem o seu nível de consumo. Atrela-se a isso a fragilidade do mercado de trabalho, haja vista a conjuntura

Grussner (2007) complementa que os altos índices de inadimplência e de endividamento, os quais implicam baixo índice de poupança no país, podem ter relação com a carência de cultura financeira dos brasileiros. Esses índices, portanto, seriam indicadores relevantes para retratar a realidade envolvendo os problemas de finanças pessoais enfrentados diariamente pelos consumidores. Nesse mesmo cenário, Amadeu (2009) acrescenta que a educação financeira possibilita, principalmente tratando-se da população mais vulnerável socioeconomicamente, que os indivíduos poupem (mesmo que em pequenas quantidades) e satisfaçam as suas necessidades básicas. Desse modo, a educação financeira oferece a esses indivíduos a possibilidade de desenvolver habilidades que propiciam um melhor manejo do dinheiro. Em síntese, para Amadeu (2009), os objetivos da educação financeira consistem na utilização, pelas pessoas, da tecnologia, dos conceitos de dinheiro e de como administrá-lo.

Destarte, em meio à atual sociedade do consumo, o papel da educação financeira passa a ser ainda mais importante. Segundo Baues, Comerlato e Doll (2015, p. 12):

Na evolução da sociedade de trabalho para a sociedade de consumo, com os avanços da industrialização, houve um aumento de produção em amplas proporções. Desse modo, a economia depende da comercialização dessa produção e, para isso, diversas estratégias são utilizadas pelo governo e pelas empresas para impulsionar o consumo. Essas estratégias incluem desde medidas econômicas, como a oferta de crédito, até o desenvolvimento e publicidades cada vez mais sofisticadas e sedutoras. Este tipo de sociedade, para existir, precisa da produção de objetos, mas, sobretudo, necessita continuar gerando a necessidade de consumo.

Ainda de acordo com os autores, como a procura por prazer encontra-se atrelada à aquisição de determinados produtos, as pessoas acabam preferindo satisfazer seus desejos instantaneamente, o que pode ocasionar uma sequência de consumo-dívida, com efeitos negativos no dia a dia das pessoas.

Algumas das consequências do endividamento excessivo, conforme o Banco Central do Brasil (2013), são o descontrole emocional, problemas de saúde, e, em muitos casos, até a desestruturação da família. Sendo assim, a reflexão adequada antes de se tomar crédito emprestado é muito importante para que se possa fazer um bom uso do dinheiro, e é justamente a educação financeira que oferece as ferramentas para que

as atitudes relacionadas à vida financeira sejam tomadas com cautela e sensatez.

Histórico: cinco anos de projeto

A partir da conjuntura apresentada, surgiu a preocupação da Equilíbrio Assessoria Econômica (EAE), empresa júnior da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, de contribuir com a sociedade através de ações envolvendo a educação financeira. A partir do interesse da empresa e da possibilidade de através dessa iniciativa, ser criado um vínculo entre Universidade, Movimento Empresa Júnior, estudantes e sociedade, foi desenvolvido um projeto de extensão na área de educação financeira. A empresa, formada por alunos de graduação dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências Atuariais e Administração da UFRGS, que trabalham voluntariamente, conciliou o interesse de prestar seus serviços com a possibilidade de apresentar uma contrapartida direta à sociedade na área de finanças pessoais. Estabeleceu-se um grupo de trabalho formado por membros da EAE, pela então diretoria de Assistência Social da empresa (posteriormente renomeada como Consultoria Financeira), e pelo professor e orientador Cássio da Silva Calvete. Assim, deu-se início à pesquisa e ao desenvolvimento de formas de organização

Tabela 2: Resultados do Recálculo Revisional de Juros

ANO	RECÁLCULOS	BENEFICIÁRIOS	ALUNOS
2012	25	12	17
2013	135	77	13
2014	187	92	10
2015	165	109	15
2016	79	46	10

Fonte: Arquivos da Equilíbrio Assessoria Econômica, 2017

para contas pessoais e de comunicação, voltadas a um público que não dispusesse de orientação financeira.

Em 2012, no início do projeto, a equipe trabalhou em duas frentes: atendimentos individuais de pessoas físicas e realização de palestras para funcionários de empresas. Já nesse primeiro ano do projeto, 17 alunos extensionistas realizaram 25 recálculos para 12 pessoas e fizeram três palestras para 50 ouvintes¹. Nos três anos subsequentes, o projeto ganhou um espaço próprio na Defensoria Pública de Porto Alegre, realizando 135, 187 e 165 recálculos para, respectivamente, 77, 92 e 109 pessoas. Nesse período, também trabalharam, anualmente, entre 10 e 15 membros da empresa. Em 2016, voltou-se a atender os beneficiários na sede da empresa, a fim de proporcionar uma experiência mais rica aos extensionistas. Em 2016, o projeto envolveu 10 alunos, os quais atenderam 46 pessoas e executaram 79 recálculos. Além disso, no mesmo ano, foram ministrados três cursos de gestão de finanças pessoais para 33 funcionários do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Capacitação dos estudantes

Com o objetivo de capacitar os estudantes da EAE para atuarem como educadores financeiros, foi oferecido um curso preparatório de educação financeira na UFRGS, em abril de 2016. Ministrado pelos professores Caroline Stumpf Buaes, Cássio da Silva Calvete, Denise Comerlato, Helena Dória de Oliveira e Johannes Doll, a oficina buscou ensinar os alunos a desenvolverem metodologias de educação financeira para atenderem o público de classes populares em situação de endividamento ou inadimplência. A preparação foi dividida em quatro encontros, sendo que no primeiro, sob o título "Sociedade e Consumo", o foco foi a análise da publicidade

e das armadilhas do consumo, bem como a relação da sociedade com o dinheiro, incluindo o abuso e a violência financeira promovidos por algumas instituições em relação a pessoas que não possuem muito conhecimento sobre finanças; no segundo encontro, intitulado "Organização Financeira", o intuito foi repassar noções de planejamento pessoal visando equilibrar as contas e o consumo; no terceiro encontro, cuja ênfase foi o "Uso do crédito e a matemática financeira", a ideia principal foi a conscientização sobre o uso do crédito, buscando compreender a melhor forma de utilizá-lo, ao mesmo tempo em que foram repassadas noções práticas de matemática financeira; no quarto e último encontro, sobre os "Direitos e Deveres do Consumidor", foi feita uma conscientização e reflexão sobre os direitos e deveres do consumidor, analisando-se o que é possível aprender com o endividamento excessivo e como sair dessa situação.



Figura 1 - Grupo de estudantes que recebeu a capacitação e de professores que ministraram o curso

Deste modo, o curso promovido pela EAE tem a sua metodologia baseada nessa oficina preparatória, ao mesmo tempo em que os encontros de preparação foram inteiramente baseados no livro "Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem", escrito pelos professores Buaes, Comerlato e Doll. O material aborda a atual sociedade de consumo e as questões econômicas presentes no dia a dia. O caderno foi elaborado com o intuito de ajudar as pessoas a compreenderem alguns mecanismos, particularmente financeiros e de publicidade, que estimulam o consumo, bem como práticas de

1. Informações sobre o início do projeto na Equilíbrio podem ser consultadas no artigo de Calvete e Kraemer (2013).

dispêndio e os usos do dinheiro. Essas questões são abordadas para estimular a discussão de que é possível "viver bem com o dinheiro que se tem", já que a centralidade do dinheiro em nossa sociedade, a instabilidade financeira e o apelo ao consumo produzem a necessidade de que se fale sobre finanças.

Consultoria Financeira

Atualmente, o projeto de extensão de educação financeira está fortemente centrado em duas linhas de atuação. Uma delas está voltada para o atendimento de pessoas que já se encontram com problemas financeiros após contraírem empréstimos ou utilizarem o crédito de forma descontrolada. Nesses casos, o auxílio é feito através do Recálculo de Juros. Já a segunda linha de atuação abrange os cursos e acompanhamentos realizados por solicitações de instituições tanto públicas quanto privadas.

O recálculo de juros

O Recálculo Revisional de Juros é um serviço prestado gratuitamente pela EAE para pessoas que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Elas são encaminhadas pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, e com base em conteúdos de Matemática Financeira – sob orientação de docentes das áreas de Economia e Matemática - a EAE consegue comprovar quando estão sendo cobradas taxa de juros onerosas e injustas em algumas linhas de crédito pessoal, crédito consignado e financiamentos. Atualmente, as Defensorias das cidades de Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Novo Hamburgo e Canoas são parceiras desta atividade, encaminhando para a EAE, os indivíduos que poderiam estar pagando taxas de juros abusivas de créditos contratados em bancos e instituições financeiras.

Nos atendimentos disponibilizados semanalmente, os beneficiários devem encaminhar a

cópia do contrato suspeito à empresa júnior.



Figura 2 - Atendimento de recálculo para um beneficiário

A partir desse momento, os consultores da EAE cadastram os documentos recebidos e num prazo aproximado de quinze dias, entram em contato com os beneficiários para entregar um parecer final. Neste documento por meio das informações extraídas do contrato, constam os cálculos realizados e as tabelas com a conclusão feita pela equipe de Projetos da EAE, acerca da taxa cobrada pelas instituições financeiras. Se esta for considerada acima da taxa de juros média do mercado² (na data da contratação da modalidade de crédito correspondente), o indivíduo pode usar o laudo emitido pela EAE em um processo judicial para revisão de sua dívida, com o objetivo de ser equiparado.



Figura 3 - Trâmite do Recálculo Revisional de Juros

2. De acordo com dados fornecidos pelo Banco Central.

A experiência no hospital Santa Casa de Misericórdia em 2016

Em 2016, a EAE realizou três cursos de educação financeira para os funcionários do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O que se destacou foi o grande interesse das pessoas em aprenderem sobre esse tema. A ausência no Brasil de uma tradição de educação financeira já no ensino fundamental ou ensino médio faz com que, para a maioria dos brasileiros, seja apenas na vida adulta (e normalmente quando já se encontram em uma situação de endividamento) que a reflexão sobre finanças pessoais passa a fazer parte da rotina. Esse contato com o assunto, mesmo que tardio, é imprescindível para que as pessoas possam se beneficiar de uma vida mais equilibrada.

Desse modo, o curso da EAE é construído para que os beneficiários não apenas planejem o seu futuro de um modo adequado, mas também aprendam a consumir (e viver!) melhor o presente. O curso é constituído por entrevistas iniciais, palestras e um acompanhamento financeiro individual. Nas entrevistas iniciais, o intuito é conhecer melhor cada participante, principalmente a sua realidade socioeconômica, seus desafios financeiros e o seu principal objetivo ao participar do curso ministrado. Nessa etapa, o objetivo é que tanto o ministrante do curso quanto o participante se conheçam melhor, de modo que os beneficiários se sintam mais à vontade para conversar sobre a sua vida financeira. Através da conversa é possível identificar a situação econômica do funcionário: se busca livrar-se de problemas financeiros crônicos, ou seja, de endividamentos graves; se possui dificuldades para se organizar financeiramente e controlar o seu orçamento; ou se possui dinheiro ocioso e tem dúvidas sobre como alocá-lo e investi-lo.

No primeiro módulo foram abordadas questões relacionadas à sociedade e ao consumo, com o objetivo de exemplificar situações diárias em

que a publicidade e a compulsividade diante da compra influenciam o orçamento mensal. Além disso, debateu-se sobre o endividamento excessivo, a importância do planejamento financeiro e, conseqüentemente, da realização de um orçamento, sendo posteriormente construído um orçamento mensal por cada integrante com base na análise de seus gastos (custos fixos, despesas variáveis ou eventuais, etc).

No segundo módulo foram apresentadas formas de cálculo de juros, bem como os cuidados e as vantagens de cada tipo de crédito (consignado, cheque especial, etc). Além disso, foram abordadas questões relativas aos direitos do consumidor, através da análise de casos práticos envolvendo compras em lojas físicas ou virtuais.

No terceiro módulo, em que se enfatizou alguns tipos de investimentos, foram apresentadas a caderneta de poupança e as rendas fixa e variável, destacando-se as vantagens e desvantagens de cada operação. Investimentos como o Certificado de Depósito Bancário (CDB) pré e pós-fixado, assim como os títulos públicos de renda fixa e variável, foram o foco deste módulo. Também foram transmitidas informações a respeito dos tipos de previdência privada.

Por fim, no aconselhamento individual, o orçamento de cada participante foi analisado com base nos desafios e objetivos financeiros do integrante, buscando a melhor alocação dos recursos e de oportunidades de investimento.

Dentre os *feedbacks* recebidos, tem-se a importância e a aplicabilidade cotidiana do conteúdo. Um dos inscritos destacou que aprendeu muito sobre “a separação entre orçamento e planejamento”, e que a ausência desse discernimento acabava “influenciando o descontrole dos gastos”; outro destacou a relevância da apresentação das “opções de investimentos” e da “manutenção rígida de um registro dos gastos”. Além disso, todos afirmaram que seriam plenamente capazes de criar um orçamento mensal e um

planejamento no médio prazo. Na mesma linha, todos reconheceram que a saída de um endividamento excessivo seria possível com “planejamento, paciência, redução de gastos supérfluos, foco e muito controle”.

No que se refere à melhora em relação ao conhecimento sobre educação financeira, todos disseram que ao final do curso, perceberam uma maior conscientização e informação acerca do assunto. Nesse contexto, destacam-se dois depoimentos: “agora estou mais ciente das formas de aplicações [financeiras] e nomes das mesmas” e “sem dúvida, o curso foi importantíssimo, principalmente a aula sobre investimentos, que me esclareceu questões que me pareciam difíceis de entender”. Os participantes destacaram o aspecto prático, didático, simples e objetivo do curso, bem como o fato das turmas serem pequenas, o que permitiu sanar muitas dúvidas ao longo de cada

módulo. Por fim, um participante destacou que foi através dessa oficina, que ele teve a atitude de deixar a caderneta de poupança para realizar investimentos de risco semelhante, porém muito mais lucrativos.

Referências

- AMADEU, João Ricardo. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. 89p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp150820.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BUAES, Caroline Stumpf; COMERLATO, Denise; DOLL, Johannes. **Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. 87p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ocsc/mirror/fd3782c557cc21ba9b4fe90702e16f04/caderno_de_educacao_financeira.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- CALVETE, Cássio da Silva; KRAEMER, Júlia de Melo. **Extensão em educação financeira**. Revista da Extensão, Porto Alegre, n. 7, p. 56-63, dez. 2013. Anual. Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/proext/wpcontent/uploads/2015/10/EXT_Revista_N7_2013__ONLINE__baixa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **O Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2016**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/01/perfilendividamento2016.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- FECOMÉRCIO. **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor**. Julho - Análise da PEIC RS. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias gaúchas PEIC-RS**, Porto Alegre, não paginado, jul. 2017. Mensal. Disponível em: <<http://links.fecomercio-rs.org.br/ascom/analisePEICjul17.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- GRUSSNER, Paula Medaglia. **Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio**. 2007. Trabalho de conclusão (Graduação em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. 101p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21978/000635996.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2017.